

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.683 - SC (2019/0299486-2)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE CHAPECÓ - SC**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CHAPECÓ - SC**
INTERES. : **EDITE DOS SANTOS MORETTO**
ADVOGADO : **SÉRGIO MARTINS DE QUADROS - SC009543**
INTERES. : **MUNICIPIO DE CHAPECO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS COMUM ESTADUAL E TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTRATAÇÃO, POR MUNICÍPIO, DE AGENTE PÚBLICO SOB O REGIME CELETISTA. POSTERIOR PUBLICAÇÃO DE LEI LOCAL, PREVENDO A TRANSMUTAÇÃO DO REGIME JURÍDICO PARA ESTATUTÁRIO. VERBAS TRABALHISTAS RELATIVAS EXCLUSIVAMENTE A PERÍODO LABORADO SOB A VIGÊNCIA DO REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE CHAPECÓ - SC e o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CHAPECÓ - SC, nos autos de reclamação trabalhista proposta em face do Município de Chapecó - SC.

Na hipótese dos autos, a parte reclamante informa ter sido contratada pelo município em 1988 na função de servente, pelo regime celetista. Após, o município transmutou o regime jurídico de seus servidores para estatutário.

O pedido veiculou, em síntese, a condenação do município ao pagamento de FGTS relativo à totalidade do período em que a parte reclamante teria trabalhado como celetista, desde sua admissão.

O Juízo Comum entende que o cargo ocupado pela reclamante se sujeitaria às normas trabalhistas. O vínculo com a Administração teria, portanto, caráter contratual, regido pela CLT, já que referente a verbas trabalhistas decorrentes de contrato de trabalho, de período anterior à instituição do regime jurídico estatutário.

O Juízo Trabalhista entende que a controvérsia, referente a pleito de verbas decorrentes de admissão da reclamante por meio de processo público seletivo, indicaria que o objeto da demanda não se adstringiria às normas da CLT. O vínculo, pois, com a Administração Pública teria caráter jurídico administrativo.

É o relatório. Passo a decidir.

Preliminarmente, o art 926 do CPC/2015 determina que

Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

Ainda, aplica-se ao caso o art. 927, I, do CPC/2015:

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

Superior Tribunal de Justiça

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Finalmente, incide por analogia a Súmula n. 568/STJ:

O relator, monocraticamente, no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Passo, pois, ao mérito do conflito.

Na espécie, o interessado afirma ter sido admitido pela Municipalidade, sob o regime da CLT, cujo vínculo permanece até os dias atuais; mas, posteriormente, o município adotou como regime jurídico aplicável aos seus servidores o estatutário, se assim fosse feita a opção (e-STJ fl. 170):

Entretanto, a situação demonstra contexto fático-jurídico particular que afasta os no caso dos autos fundamentos determinantes nos precedentes do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 489, §1º, VI do CPC (), na medida em que apesar de a requerente ter sido contratada em 28/06/1988, distinguindo sem concurso público, pelo regime celetista, antes da promulgação da CF/88, quando era permitido, o Município de Chapecó, posteriormente, através da Lei Complementar nº 03/1990, facultou a todos os , ou seja, empregados admitidos sem concurso público, a opção de permanecerem sob o regime celetista não foram enquadrados automaticamente no regime estatutário:

Art. 8º Os servidores celetistas que optarem, no prazo de 30 dias por permanecer no regime anterior a esta Lei, permanecer o em quadro suplementar, cujos empregos se extinguirão, quando vagarem.

Sendo que a documentação dos autos comprova que a requerente optou, por vontade própria, pelo Regime que fora instituído pela Lei Complementar Municipal nº 03, de 03/05/90, vigente à época da Estatutário opção (destacado - f. 74).

Em que pese a transformação do vínculo para estatutário a partir da promulgação da lei municipal, somente permaneceria a competência da Justiça Especializada Trabalhista em relação às pretensões pretéritas, quando ainda não instituído o regime jurídico único. Esse é, inclusive, o teor da Súmula n. 97 do STJ:

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único.

Sobre o tema, a orientação desta Corte Superior é no mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME CELETISTA. AÇÃO RECLAMATÓRIA. VERBAS TRABALHISTAS.

1. Compete à Justiça Laboral processar e julgar as reclamações trabalhistas propostas por servidores públicos municipais contratados sob o regime celetista. Precedentes do STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC 128.709/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/10/2013, DJe 25/10/2013)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME CELETISTA. AÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMATÓRIA. VERBAS TRABALHISTAS.

1. Compete à Justiça Laboral processar e julgar as reclamações trabalhistas propostas por servidores públicos municipais contratados sob o regime celetista. Precedentes do STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC 129.255/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/10/2013, DJe 05/12/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATO DE TRABALHO PREVENDO REGIME JURÍDICO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA LABORAL.

1. Analisa-se no presente feito qual o Juízo competente para julgar demanda em que a reclamante, contratada como agente comunitário de saúde, objetiva o recebimento de verbas trabalhistas.

2. Considerando a juntada aos autos de contrato de trabalho onde se estabelece que a relação jurídico-trabalhista seria regido pela CLT, afasta-se a competência do Juízo Comum, atraindo a competência do Juízo Laboral para o julgamento da lide. Incide, na espécie, o art.

8º da Lei 11.350/2006: "Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT".

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC 127849/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/06/2013)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE A JUSTIÇA ESTADUAL E TRABALHISTA. AÇÃO ORDINÁRIA CONTRA MUNICIPALIDADE. EFETIVAÇÃO DOS DEPÓSITOS A TÍTULO DE FGTS. PERÍODO LABORADO SOB O REGIME CELETISTA. SÚMULA 94 DESTA STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. A competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. restou fixada pela Constituição Federal, no seu art. 114, I, com redação conferida pela EC n.º 45/04.

2. Deveras, a Suprema Corte, ao julgar a ADIn n.º 3.395-DF, excluiu da expressão relação de trabalho as ações decorrentes do regime estatutário. Assim, a competência para julgar as ações relativas a servidor estatutário não celetista e ente público, será da Justiça comum, estadual ou Federal, conforme o caso.

3. In casu, a autora do feito principal pleiteia direitos relativos ao período em que laborou para o Réu sob o regime celetista (30 de junho de 1.997 a 29 de julho de 2.004), o que denota pretensão de natureza trabalhista em virtude de que, à época dos fatos, era regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

4. Incidência da Súmula 97 deste STJ, segundo a qual: Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor publico relativamente a vantagens trabalhistas anteriores a instituição do regime jurídico único. (Outros precedentes: CC 89.328 - RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA Primeira Seção, DJ de 08 de outubro de 2.007 e CC

Superior Tribunal de Justiça

7.487 - SC, Relator Ministro DEMÓCRITO REINALDO, Primeira Seção, DJ de 09 de maio de 1.994).

4. Conflito conhecido para declarar competente o JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE CRUZEIRO - SP.

(CC 51229/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2008, DJe 19/05/2008)

Ante o exposto, conheço do presente conflito para declarar competente para a causa o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CHAPECÓ - SC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

